

**O ESPAÇO PARA EMANCIPAÇÃO DO DIREITO NAS DECISÕES
JUDICIAIS: ANÁLISE DOS AVANÇOS E DA REAFIRMAÇÃO DO ESTADO
DEMOCRÁTICO NOS ARGUMENTOS**

*THE SPACE FOR EMANCIPATION OF LAW IN JUDICIAL DECISIONS: ANALYSIS
OF ADVANCES AND REAFFIRMATION OF THE DEMOCRATIC STATE IN THE
ARGUMENTS*

FRANCIELE COUTINHO VIZZOTTO DE BARROS
UNINOVE – UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO

Nota de esclarecimento:

O X SINGEP e a 10ª Conferência Internacional do CIK (CYRUS Institute of Knowledge) foram realizados de forma remota, nos dias 26, 27 e 28 de outubro de 2022.

ANOS
SINGEP

O ESPAÇO PARA EMANCIPAÇÃO DO DIREITO NAS DECISÕES JUDICIAIS: ANÁLISE DOS AVANÇOS E DA REAFIRMAÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO NOS ARGUMENTOS

Resumo

O Estado Democrático de Direito é a qualidade do Estado Constitucional e internacional de Direito que tem como finalidade proporcionar meios e assegurar a mais ampla proteção dos direitos fundamentais. Encontra na dignidade humana seu elemento nuclear e na soberania popular, na democracia e na justiça social os seus fundamentos. O livre processo político é a forma de realização do direito, sob a ordem jurídica, que exige, tanto dos poderes do estado quanto da sociedade, formas de expressão de suas preferências que darão subsídios às ações governamentais. As lacunas da Lei é uma forma de emancipação do Estado Democrático de Direito e realização do direito. Resta saber se as decisões que envolvem os princípios (com sistemas abertos para definições axiológicas ou teleológicas) fazem parte desse “gap”, e se os argumentos utilizados nas decisões reforçam a emancipação e realização do Direito.

Palavras-chave: estado democratico de direito, emancipação, argumentação

ANOS
SINGEP

*THE SPACE FOR EMANCIPATION OF LAW IN JUDICIAL DECISIONS: ANALYSIS
OF ADVANCES AND REAFFIRMATION OF THE DEMOCRATIC STATE IN THE
ARGUMENTS*

Abstract

The Democratic Rule of Law is the quality of the Constitutional and international rule of law that aims to provide means and ensure the broadest protection of fundamental rights. It finds its core element in human dignity and its foundations in popular sovereignty, democracy and social justice. The free political process is the form of realization of the law, under the legal order, which requires, both from the powers of the state and society, forms of expression of their preferences that will give subsidies to governmental actions. The gaps in the Law is a form of emancipation from the Democratic Rule of Law and realization of the law. It remains to be seen whether decisions involving principles (with open systems for axiological or teleological definitions) are part of this “gap”, and whether the arguments used in the decisions reinforce the emancipation and realization of Law.

Keywords: democratic State of law, emancipation, argumentation

ANOS
SINGEP

O ESPAÇO PARA EMANCIPAÇÃO DO DIREITO NAS DECISÕES JUDICIAIS: ANÁLISE DOS AVANÇOS E DA REAFIRMAÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO NOS ARGUMENTOS

Contextualização:

O Estado moderno é um instrumento a serviço da comunidade, com objetivos também de solidariedade pelo espaço terrestre. Antes de ser soberano, o estado deve ser responsável e garantir o exercício de soberania popular como benefícios para os cidadãos. Este é instância indispensável de mediação pública, interna e externa, e de garantia de direitos humanos, por meio de mediação pública, seja pelo motivo de exacerbamento, abolição ou erosão da soberania estatal. A necessidade de que as decisões judiciais tenham argumentos que consolidam direitos é inerente ao Estado Democrático.

Objetivos:

O objetivo desse pôster, que se transformará em uma pesquisa aprofundada, é analisar a evolução do estado democrático de direito e a sua emancipação por meio das ferramentas disponíveis. Fazem parte dessas ferramentas o poder judiciário, especificamente as decisões do STJ. Sendo assim, a pesquisa analisará decisões que envolvem o Princípio da Precaução em matérias de direito ambientais, tendo em vista que os princípios se apresentam como um sistema aberto ou uma lacuna do Direito, no sentido de uma ordem axiológica ou teleológica que podem promover reafirmação dos Direitos.

Fundamentação Teórica:

O Superior Tribunal de Justiça é responsável por uniformizar a interpretação da lei Federal em todo o Brasil, bem como trazer solução definitiva dos casos civis e criminais que não envolvam matéria constitucional nem a justiça especializada. A fundamentação das decisões deve ser de modo claro e compreensível, pois trarão consequências, sobretudo, no tocante a reafirmação do Direito. Os autores Franz Neumann, Stephen Toulmin e Neil MacCormick são bases de análises para explicar a emancipação e reafirmação do Direito, bem como a forma pela qual a argumentação pode afirmá-lo.

Metodologia:

O presente estudo é de caráter qualitativo. Buscou-se analisar a evolução do Estado Democrático de Direito e as formas de emancipação do Direito. Franz Neumann explica que a emancipação se dá através das lacunas do Direito, assim, houve o interesse em pesquisar se as lacunas da Lei e, respectivamente, se os princípios podem ser considerados “gaps”. Uma vez alcançada essa característica, de que forma os argumentos das decisões podem afirmar essa emancipação. A análise sob a lente dos filósofos permiti enxergar o caminho a ser percorrido em direção a consolidação dos Direitos.

Resultados e Análises:

A pesquisa e o estudo sugerem uma análise por meio de doutrinas que abordem a evolução do Estado Democrático de Direito e a forma pela qual ocorreu a emancipação. Análise das decisões judiciais, especificamente, do Superior Tribunal de Justiça onde pode ser encontrado princípios, nesse caso, o Princípio da Precaução no Direito Ambiental. E por fim, análise dos argumentos com objetivo de averiguar possível reafirmação do Direito.

Considerações Finais:

O estudo propõe a possibilidade de conhecer a evolução do Estado Democrático de Direito e o caminho que precisou e precisa percorrer para que ocorra a emancipação do Direito. Dispõe, da mesma forma, das ferramentas que podem ser utilizadas nesse caminho, se há possibilidade de emancipação do Direito por meio das lacunas das leis, especificamente, através de decisões que envolvam princípios abertos. Presta-se a orientar se a forma de argumentação das decisões pode reafirmar a emancipação do Estado Democrático de Direito.

Principais Referências:

NEUMANN. Franz. O império do Direito (1936). Ano 2013. Editora: Quartier Latin ISBN: 9788576746508.

Stephen Toulmin. Os usos do argumento. Martins Fontes. São Paulo 2001

Neil MacCormick. Retórica y Estado de Derecho. Uma teoria del razonamiento jurídico. Palestra Editores. Lima 2016. ISBN 978-612-4218-56-9

RANIERI, Nina. Teoria do Estado: do Estado de Direito ao Estado Democrático de Direito. Editora Manole, 2018. 9788520455791. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520455791/>. Acesso em: 17 jul. 2022

Palavras-chave:

Estado Democrático de Direito, emancipação, argumentação

Atenção:

- Adotar os tópicos acima para a redação do resumo do Pôster.
- O uso do *template* é obrigatório. Este modelo já possui a formatação solicitada pelo congresso. Utilize-o para escrever o resumo do seu pôster.
- Texto justificado, fonte Times New Roman, corpo 12, espaçamento simples (entre caracteres, palavras e linhas).